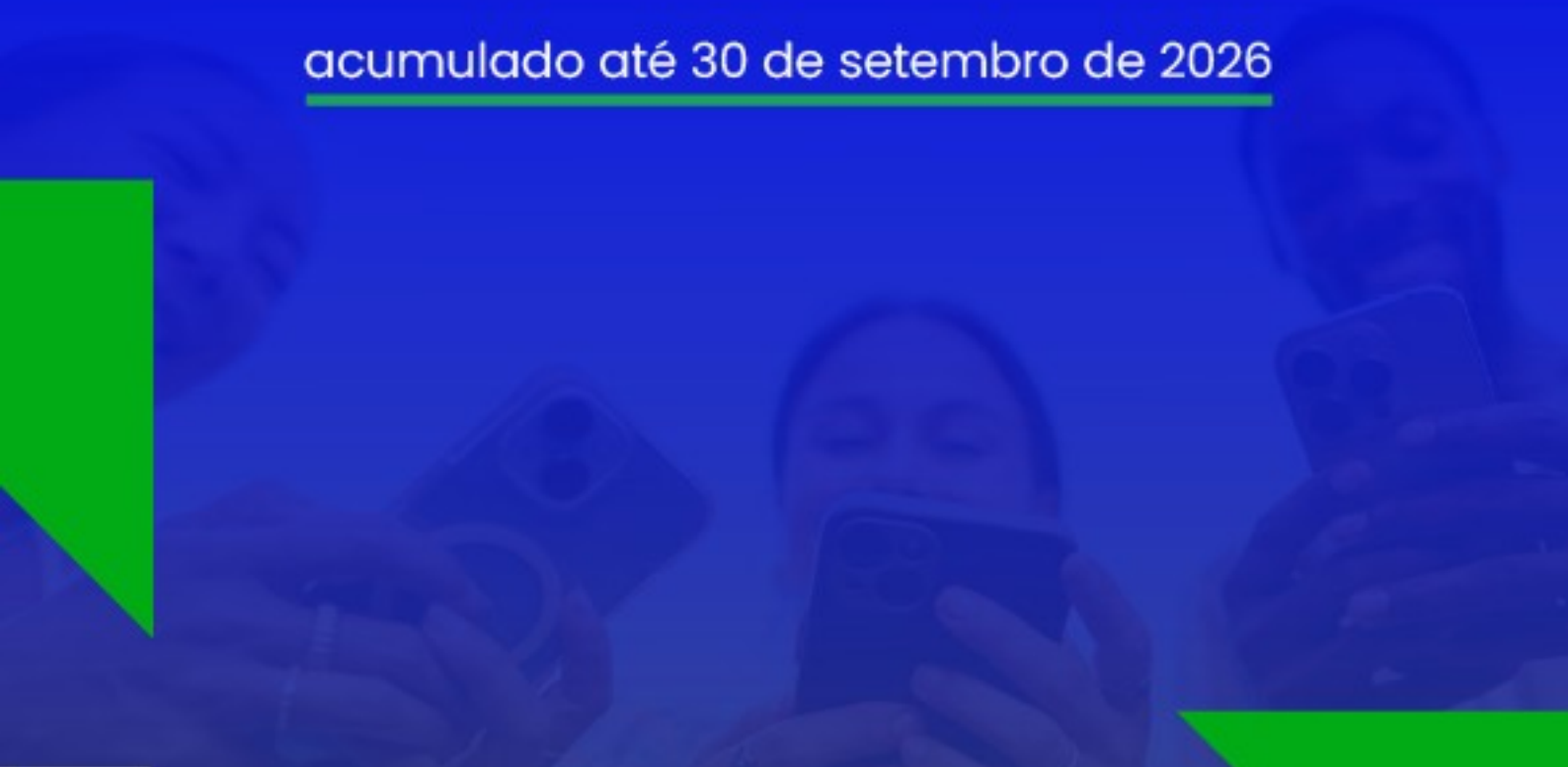
banestes
juntos para o futuro

demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

acumulado até 30 de setembro de 2026



BANESTES S/A
BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3º TRIMESTRE DE 2026

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2026, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

1. COMENTÁRIO ECONÔMICO

No cenário internacional, o Produto Interno Bruto (PIB) global manteve expansão moderada no terceiro trimestre de 2026, com o FMI projetando avanço de 3,1% no ano, sustentado pela resiliência norte-americana diante do ritmo brando na Zona do Euro e das incertezas geopolíticas. Em sintonia com essa acomodação externa, o ambiente econômico nacional consolidou uma moderação no ritmo de atividade, acompanhada pelo recuo do IPCA para 0,57% no trimestre devido ao alívio sazonal nos alimentos; esse quadro permitiu ao Banco Central dar sequência aos cortes de juros, reduzindo a taxa Selic para 13,75% ao ano em setembro, ainda sob cautela com as contas públicas.

No plano estadual, a desaceleração também se refletiu na Grande Vitória, onde o IPCA acumulou 1,05% no período (frente ao acúmulo de 1,26% no segundo trimestre), puxado pela queda em alimentos e bebidas e estabilidade em transportes, que compensaram a forte alta em habitação; ainda assim, os juros elevados e o endividamento das famílias exigem monitoramento contínuo da concessão de crédito para assegurar a sustentabilidade dos negócios a médio prazo.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

Consolidado como um pilar da economia capixaba, o Banestes reafirma no terceiro trimestre de 2026 e no acumulado do ano sua trajetória de crescimento sustentável.

- ✓ No terceiro trimestre, o Lucro Líquido atingiu R$ 97 milhões; o resultado foi impactado pelo cenário de juros (Selic) que manteve elevadas as despesas financeiras do trimestre em R$ 1,2 bilhão (+12,2% em 12 meses e +13,2% em 3 meses) e por maiores provisionamentos para risco de crédito, o que reflete uma postura prudencial da Instituição. No acumulado do ano, o Lucro Líquido chegou a R$ 318 milhões (+41,6% na comparação anual). O Faturamento[1] no período (3T2026) foi de R$ 1,8 bilhão (+11,1% em 12 meses e +10,6% em 3 meses), impulsionado pelo dinamismo das receitas oriundas de Tesouraria[2] (+13,8% em 12 meses e +15,0% em 3 meses) e das receitas de Empréstimos e Recebíveis (+4,6% em 12 meses e +1,0% em 3 meses). No acumulado do ano, o Faturamento alcançou R$ 4,9 bilhões (+12,7% na comparação anual);

- ✓ Este período (3T2026) registrou resultado com perdas de *impairment* de R$ 104 milhões (+78,6% em 12 meses e +135,0% em 3 meses), acumulando R$ 247 milhões no ano, retração de 4,6% contra o mesmo período do ano anterior, visando a perenidade da sua atividade operacional diante da atualização e revisão dos modelos de risco de crédito e de ativos financeiros. A eficiência operacional acumulada no ano foi de 49,7% (melhora de 2,1 p.p.) e no conceito ajustado ao risco de 59,0%

[1] Total das receitas financeiras, das receitas de serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, do resultado de seguros e previdência e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.
[2] Total das receitas com caixa e equivalentes de caixa, crédito a instituições financeiras e títulos de investimento.

(melhora de 4,4 p.p.), patamares que reforçam o compromisso com uma gestão austera e voltada à sustentabilidade e rentabilidade do negócio;

- ✓ As despesas de pessoal somaram R$ 154 milhões no trimestre (+11,4% em 12 meses e +4,6% em 3 meses), totalizando R$ 441 milhões no acumulado do ano (+3,8% em 12 meses). O controle rigoroso das despesas administrativas e o investimento planejado em tecnologia e infraestrutura visam a racionalização de custos sem abdicar da excelência no atendimento. As outras despesas administrativas totalizaram R$ 111 milhões no trimestre (+4,9% em 12 meses e -1,1% em 3 meses), somando R$ 339 milhões no ano (+11,1% em 12 meses). O índice de cobertura geral de 38,4% no trimestre e 37,9% (+1,4 p.p.) no acumulado do ano evidencia que os esforços de otimização caminham em paralelo ao fortalecimento operacional;

- ✓ A estratégia de diversificação apresentou resultados expressivos, com o resultado de serviços e comissões atingindo R$ 58 milhões no trimestre (-2,9% em 12 meses e +3,4% em 3 meses) e R$ 173 milhões no acumulado do ano (+9,0% em 12 meses). O desempenho acumulado até setembro foi impulsionado pelo resultado de seguros, previdência e capitalização[3] (+484,4% em 12 meses), com taxa de distribuição e administração de fundos (+56,5% em 12 meses) e o resultado com cartões (+34,6% em 12 meses);

- ✓ No 3T2026, as despesas tributárias totalizaram R$ 35 milhões (+5,8% em 12 meses e estabilidade em 3 meses). No acumulado do ano, o valor de despesas tributárias alcançou R$ 102 milhões (+8,7% em 12 meses), acompanhando a evolução do faturamento e das receitas operacionais. Os impostos correntes e diferidos totalizaram R$ 26 milhões no trimestre, retrações de 50,4% em doze meses e 33,4% em três meses (acumulando R$ 86 milhões no ano), refletindo a eficiência e gestão tributária e fiscal para otimizar o resultado líquido da Instituição;

- ✓ A robustez da estrutura de capital reflete-se em um Patrimônio Líquido de R$ 2,6 bilhões, registrando expansão de 5,2% em 12 meses e de +6,3% em relação ao quarto trimestre de 2025. Este fortalecimento é evidenciado pela manutenção de índices de solvência superiores aos requisitos regulatórios, com um Capital Social de R$ 1,9 bilhão e com o índice de Basileia fixando-se em 15,2%. No âmbito da rentabilidade, o acumulado do ano entregou um ROE[4] de 17,3% e um ROA[5] de 1,1%, reafirmando a capacidade de gerar retornos consistentes. Reforçando o compromisso com a geração de valor, o resultado por ação no trimestre foi de R$ 0,28 (acumulando R$ 0,92 no ano);

- ✓ O encerramento do trimestre (3T2026) confirmou a solidez institucional, com o Ativo Total expandindo 10,6% em doze meses e +9,1% em relação ao exercício de 2025, chegando a R$ 43,3 bilhões, sustentado pela robusta posição financeira dos recursos em Tesouraria[6] com R$ 27,2 bilhões (+14,2% em 12 meses e +14,4% contra o quarto trimestre de 2025). A posição financeira de Empréstimos e Recebíveis alcançou R$ 12,5 bilhões, crescendo 4,0% em doze meses e +2,5% contra o encerramento de 2025, demonstrando a importância da inserção do crédito do Banestes no cenário local;

- ✓ A Carteira de Crédito a Clientes encerrou o período (3T2026) com o saldo de R$ 13,0 bilhões (+3,6% em 12 meses e +2,3% contra o fechamento de 2025), refletindo o dinamismo comercial na maioria dos segmentos, com destaque para o crescimento do crédito pessoal (+7,8% em 12 meses e +6,4% contra o fechamento de 2025), crédito industrial (+737,0% em 12 meses e +129,7% contra o fechamento de 2025) e crédito rural (+11,5% em 12 meses e +3,3% contra o fechamento de 2025). Em sua visão ampliada, que inclui títulos privados com característica de crédito e garantias, o saldo alcançou R$ 14,6 bilhões, evidenciando a escala da operação bancária regional da Companhia. O Banco mantém foco rigoroso na

[3] Total com receita de corretagem de seguros, previdência e capitalização, com despesas com corretagem de seguros e com despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.
[4] Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos patrimônios líquidos de setembro de 2026 e de setembro de 2025.
[5] Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos ativos totais de setembro de 2026 e de setembro de 2025.
[6] Total dos saldos com aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes líquidos de provisão para perdas – créditos a instituições financeiras e instrumentos de dívida e patrimônio, e com ativos financeiros mensurados ao custo amortizado – créditos a instituições financeiras e instrumentos de dívida.

sofisticação de suas políticas de concessão de crédito, priorizando garantias de alta qualidade e a eficiência na recuperação de ativos;

- ✓ A confiança do mercado refletiu-se no desempenho da captação, com os depósitos de clientes atingindo um saldo de R$ 26,3 bilhões (+12,1% em 12 meses e +9,4% contra o fechamento de 2025). Este avanço foi sustentado pela expansão dos depósitos a prazo que atingiram R$ 20,5 bilhões (+15,6% em 12 meses e +11,5% no ano). Estrategicamente, o Banco mantém fontes diversificadas de financiamento, com recursos de instituições financeiras totalizando R$ 11,1 bilhões (+7,1% em 12 meses e +10,3% contra 2025) e com títulos de dívida emitidos somando R$ 1,6 bilhão (+39,2% em 12 meses e +21,6% no ano);

- ✓ A solidez financeira do Banestes é atestada pelas principais agências globais de classificação de risco. A Fitch Ratings reafirmou o *rating* nacional de longo prazo do Banco em 'AA+(bra)', com perspectiva estável, destacando o perfil de negócios resiliente e a sólida capitalização. Simultaneamente, a Moody's Local Brasil atribuiu ao Banestes o *rating* de emissor e de depósito de longo prazo em 'AA.br' com perspectiva positiva, fundamentada na qualidade dos ativos, na robusta estrutura de liquidez e na importância estratégica da Instituição no cenário regional; e

- ✓ A Base de Clientes Banestes encerrou o 3T2026 com uma expansão de 2,6% frente ao mesmo período do ano anterior, totalizando 1.480.518 clientes. Esse avanço foi impulsionado pelo incremento de 2,5% na base de pessoas físicas (1.394.163 clientes) e de 3,9% no segmento de pessoas jurídicas (86.355 clientes). Paralelamente, o volume de contas correntes subiu 3,9% em 12 meses, totalizando 1.112.405 contas, enquanto as contas de poupança alcançaram 660.896 unidades (+0,8% em 12 meses), somando uma base consolidada de 1.773.301 contas ativas (+2,7% em 12 meses).

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O Banestes reafirma seu compromisso com a excelência operacional ao consolidar a convergência entre os modelos físico e digital, estratégia essencial para atender aos diversos perfis de clientes e garantir a estabilidade institucional. No terceiro trimestre de 2026, a preferência dos usuários pelos meios remotos seguiu evidente, com o Aplicativo Banestes ultrapassando a marca de 50 milhões de transações. Simultaneamente, as transações financeiras nos canais digitais apresentaram uma expansão de 1,0% em relação ao mesmo período de 2025, superando 21 milhões de operações. Essa maturidade digital é suportada por uma rede física estratégica de 723 pontos de atendimento, sendo 149 agências e postos, 268 unidades eletrônicas e 306 correspondentes.

No campo da Tecnologia da Informação e Comunicação, a Instituição deu continuidade ao seu plano de investimento, alcançando R$ 44 milhões em CAPEX no acumulado até o terceiro trimestre de 2026 (sendo R$ 17 milhões aplicados no 3T2026). Na frente de inovação e agilidade, destaca-se o programa de desenvolvimento ágil *low-code* (Inov.AI), que entregou 18 aplicações no período (15 melhorias e 3 novos aplicativos operacionais). O Inov.AI gerou um custo de R$ 128 mil frente aos R$ 368 mil estimados no modelo tradicional de fábrica de *software*, representando uma economia de 65,1%. Em Inteligência Artificial, evoluiu-se para o Projeto Sab.IA v2, oferecendo respostas mais precisas e personalizadas. Registra-se ainda o atingimento de 60,0% da migração da infraestrutura para a nuvem GCP (Google Cloud Platform) e o desenvolvimento de modernizações estruturais e de segurança.

No segmento de novos negócios, o Bizi manteve sólida trajetória de expansão no 3T2026. O saldo da carteira avançou 22,3% frente ao trimestre anterior e registrou alta de 162,9% na comparação com setembro de 2025. No acumulado dos primeiros nove meses do ano, o volume de concessões saltou 103,0% e a quantidade de operações cresceu 132,5% em relação ao mesmo período de 2025. Esse ritmo de vendas fez com que o volume concedido em 2026 superasse em 37,4% a produção total de todo o ano de 2025.

No pilar de Meios de Pagamento, o terceiro trimestre de 2026 reforçou a estratégia de expansão do Banescard Visa

com foco na centralidade no cliente e conveniência transacional. O grande marco do período foi o lançamento do *Apple Pay*, inserindo a bandeira no ecossistema global de carteiras digitais e impulsionando pagamentos por aproximação. Além disso, a proposta de valor foi ampliada com a disponibilização da *Tag* de Pedágio e Estacionamento para clientes puro débito, lançamento de novas notificações transacionais em tempo real e a oferta do Banescard Visa Gold para contas salário.

No Crédito Rural, a carteira atingiu R$ 1,3 bilhão no 3T2026, com crescimento de 9,6% frente ao mesmo período de 2025. Para a Safra 2026/2027, as liberações somaram R$ 127 milhões nos três primeiros meses da safra. A inadimplência do crédito rural com recursos direcionados (PF) manteve-se em patamar altamente resiliente de 0,5%, substancialmente abaixo da média nacional do segmento. Toda a originação seguiu sob checagens do Manual de Crédito Rural (MCR) e conformidade socioambiental.

Nos primeiros nove meses de 2026, o BANESTES realizou por meio do PRONAMPE[7] 3.342 operações frente a 2.780 no mesmo período de 2025, totalizando R$ 290 milhões (+102,6% sobre o acumulado até o terceiro trimestre de 2025) em apoio financeiro para micro e pequenas empresas capixabas, incluindo profissionais liberais.

Na agenda de Sustentabilidade (ESG), o foco foi a elaboração e asseguração do Relatório de Sustentabilidade para atendimento às regulações do exercício, além da atualização da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e modernização do plano de ações ESG. O Banco também iniciou os preparativos para o enquadramento nas normas IFRS S1 e S2, incluindo a contratação para cálculo de emissões financiadas e plano de mitigação de emissões junto às diretrizes do Banco Central.

No pilar de Gente e Gestão, o trimestre foi marcado pela renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), aprovado por 80,0% dos colaboradores do SFB. Em observância às diretrizes de transparência e governança estabelecidas pela Lei nº 15.177/2025, o SFB encerrou o período com 907 mulheres em seu quadro efetivo, representando 38,7% do contingente total de 2.343 colaboradores. A representação feminina conta com 84 colaboradoras em posições de Gerência Executiva e Superintendência (36,5%), além de 9 integrantes na Diretoria e Conselhos (Diretoria: 3; Conselhos: 6).

Indicadores de Equidade de Gênero (posição 30/09/2026):

Nível Hierárquico	Mulheres	Total	Proporção Feminina
Diretoria	3	18	16,7%
Conselho	6	27	22,2%
Superintendentes e Gerente Geral	84	230	36,5%
Coordenador e Gerente Administrativo	162	359	45,1%
Operacional	652	1709	38,2%
Total Geral	**907**	**2343**	**38,7%**

Nível Hierárquico	Média Renda (Feminino)	Média Renda (Masculino)	Ratio
Diretoria	38.310,42	38.857,71	98,6%
Conselho	7.696,29	9.088,95	84,7%
Superintendentes e Gerente Geral	17.630,18	17.991,45	98,0%
Coordenador e Gerente Administrativo	12.470,99	13.079,18	95,3%
Operacional	9.574,14	8.531,96	112,2%

Na frente de Marketing, Eventos e Relacionamento, a Instituição executou R$ 1 milhão em orçamento publicitário direto (67,8% em mídia e 32,2% em produção). Destacam-se as campanhas estruturantes de Crédito Consignado 2026 (R$ 323 mil investidos em rádio, *Out of Home* e meio digital) e Crédito Rural 2026 (alcançando 13 milhões de impressões em TV, rádio, feiras e canais digitais). A campanha Prevenção a Golpes Bancários alocou R$ 567 mil em mídia, somando mais de 11 milhões de impressões e 3 milhões de visualizações de vídeo. A Gerência gerenciou 43 eventos com R$ 3 milhões aplicados, destacando-se o Encontro Anual de Gigantes 2026 (recorde de público), Encontros de Gerentes, 12 agendas de capacitação e presença em 11 feiras do agronegócio — com destaque para a

[7] Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Feira da Cooabriel, onde o banco patrocinou como cota Diamante e originou R$ 146 milhões em propostas (+31,4%). No ambiente físico, foram aplicados R$ 189 mil na transição da Agência Afonso Cláudio para o novo padrão arquitetônico e em readequações na Banestes Asset e Superintendência Jurídica.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O Banestes mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e reduzir a exposição a riscos operacionais e estratégicos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco, com unidades dedicadas à avaliação de riscos de crédito, mercado e liquidez, continuidade de negócios e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, a Instituição adota uma gestão integrada de riscos sob a responsabilidade de um Diretor de Riscos e Controle para todo o Conglomerado Prudencial, assessorado pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital em decisões estratégicas. No terceiro trimestre de 2026, em contínua aderência à Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco deu sequência ao aprimoramento do modelo de Perda Esperada de Crédito (ECL), consolidando o uso de modelos estatísticos que incorporam variáveis preditivas e projeções macroeconômicas atualizadas, o que assegura maior acurácia nas estimativas de perda e na otimização do capital.

Paralelamente, o Banco seguiu fortalecendo seu Programa de Integridade, pautado em procedimentos normatizados de combate à corrupção e ética corporativa, mantendo canais de denúncia seguros e independentes. De forma alinhada, as políticas de PLD/FTP mantiveram-se aplicadas com foco na plena aderência aos sistemas de monitoramento e no reporte ágil de operações suspeitas. Atuando como terceira linha, a Auditoria Interna deu continuidade à ampliação e ao aprofundamento das análises sobre os ciclos operacionais de Crédito e Seguridade. Esse movimento consolida a área como garantidora da qualidade do crescimento institucional, assegurando que a expansão da carteira e a evolução das vendas ocorram sob rigorosos padrões de controle e aderência ao apetite de risco estabelecido. No âmbito da Proteção de Dados e Segurança Cibernética, a Instituição assegura a conformidade contínua com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o fortalecimento da resiliência digital, sustentado por serviços gerenciados de monitoramento, resposta a incidentes e pela execução permanente do plano de conscientização cibernética junto ao quadro funcional.

5. EMPRESAS CONTROLADAS

No terceiro trimestre de 2026, o Sistema Financeiro Banestes (SFB) manteve sua trajetória de solidez por meio de suas empresas controladas e coligadas, cujos resultados refletem a eficiência operacional, a disciplina na alocação de recursos e o foco contínuo na modernização tecnológica, na governança e na geração de valor sustentável.

A Banestes Seguros (Banseg) alcançou o lucro líquido de R$ 32,6 milhões (frente a R$ 29,9 milhões em 2025), o que representou um ROE de 17,6%. O prêmio ganho total da seguradora cresceu 4,0%, impulsionado pela carteira de Pessoas (+7,8%), além da expansão de 9,0% na quantidade de itens segurados na carteira de Automóvel. Esse desempenho é fruto do aprimoramento das políticas de subscrição de risco — com destaque para a revisão dos limites comerciais —, do rigoroso controle de despesas e dos investimentos em TI, incluindo a implantação de seu novo sistema de gestão de seguros em outubro de 2026. A Seguradora também deu continuidade à sua agenda ESG, sustentada pelas ações de seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, publicado em abril de 2026.

A Banestes Corretora (Banescor) destacou-se pelo crescimento em produtos associados à proteção financeira, à formação de reservas e ao relacionamento de longo prazo. O seguro prestamista manteve forte ritmo de expansão, registrando aumentos de 118,2% na pessoa física (R$ 5,3 milhões) e de 140,8% na pessoa jurídica (R$ 11,0 milhões). Na previdência privada, as operações de portabilidade e aportes cresceram 227,8% (R$ 90,4 milhões) e as

contribuições mensais evoluíram 33,8% (R$ 1,3 milhão), impulsionando a carteira de previdência para R$ 1,09 bilhão (+15,4%). Destacam-se ainda os crescimentos nos seguros de vida (+6,3%, atingindo R$ 15,5 milhões), capitalização (+28,2%, com R$ 568 mil) e odontológico (+133,9%, alcançando R$ 45 mil), superando as retrações pontuais observadas nos segmentos de consórcios, automóvel e patrimoniais (residencial e empresarial).

A Banestes Asset alcançou um marco histórico no trimestre ao ultrapassar R$ 10,20 bilhões em ativos sob gestão e administração, impulsionada pela forte recuperação da captação no segmento corporativo e RPPS. A estrutura patrimonial da companhia foi fortalecida pelo incremento que expandiu o Capital Social para R$ 203,5 milhões (atingindo um Patrimônio Líquido de R$ 251,5 milhões). O resultado do período reflete a eficiência operacional, a automação de processos, a consolidação de sua nova sede corporativa e a disciplina na alocação de ativos em ambiente de juros elevados, mantendo sua posição de referência em Renda Fixa, Multimercados, Ações e no FII Banestes Recebíveis Imobiliários (BCRI11), que conta com cerca de 40 mil cotistas.

Por fim, a Banestes Loteria, subsidiária integral constituída para explorar o serviço público de loterias no Estado do Espírito Santo, manteve-se em estágio pré-operacional. A Companhia atua sob uma estrutura enxuta de *back office* compartilhado com o controlador para otimizar custos fixos e preservar a liquidez, direcionando seus esforços para a prospecção de um parceiro estratégico que viabilize a transição para a fase operacional.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do Banestes, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao terceiro trimestre de 2026.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o Banestes se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no terceiro trimestre de 2026.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADAS EM IFRS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO		8
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO		9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE		10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA		12
1.	CONTEXTO OPERACIONAL	14
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	14
3.	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	17
4.	USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	37
5.	GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	39
6.	SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	52
7.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	54
8.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	54
9.	DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	55
10.	ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	55
11.	ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	59
12.	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	60
13.	OUTROS ATIVOS	61
14.	ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	62
15.	ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	62
16.	ATIVOS INTANGÍVEIS	63
17.	RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	63
18.	DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	64
19.	TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	64
20.	PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	64
21.	OUTROS PASSIVOS	67
22.	OPERAÇÕES DE SEGUROS	67
23.	MARGEM FINANCEIRA	69
24.	RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	69
25.	RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	69
26.	RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	70
27.	RESULTADO DE PERDAS COM *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS	70
28.	DESPESAS DE PESSOAL	70
29.	PROVISÕES	71
30.	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	71
31.	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	71
32.	OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	72
33.	RESULTADO POR AÇÃO	72
34.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72
35.	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	75
36.	BENEFICIOS A EMPREGADOS	76
37.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	77
38.	INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	78
39.	OUTRAS INFORMAÇÕES	78
40.	EVENTO SUBSEQUENTE	80
41.	AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	80

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/2026	31/12/2025
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.651.121	1.918.306
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	281.761	513.268
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	19.464.194	15.131.579
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		19.464.194	15.131.579
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	20.022.313	20.384.883
Créditos a Instituições Financeiras		5.925.381	5.755.762
Empréstimos e Recebíveis		12.525.361	12.220.771
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		1.571.571	2.408.350
Operações de Seguros		21.665	27.602
Outros Ativos	13	803.494	653.137
Ativos Fiscais Diferidos	12	377.891	383.425
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	48.061	48.243
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	222.470	219.409
Ativos Intangíveis	16	398.019	404.959
Total do Ativo		**43.290.989**	**39.684.811**

PASSIVO	Notas	30/09/2026	31/12/2025
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	8-17	11.053.900	10.024.879
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	8-18	26.341.348	24.068.733
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	8-19	1.562.413	1.284.761
Passivos de Impostos Correntes		4.972	5.070
Passivos de Operações de Seguros		96	79
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	12.146	24.793
Passivos para Sinistros Ocorridos	22c	26.662	25.607
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22b	11.515	11.515
Provisões	20	148.161	178.665
Outros Passivos	21	1.528.908	1.614.541
Passivos Fiscais Diferidos	12a	25.094	22.937
Patrimônio Líquido			
Capital Social	34	1.900.000	1.900.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.290)	(21.371)
Reservas de Lucros		654.940	544.602
Lucros/Prejuízos Acumulados		41.124	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.575.774	2.423.231
Total do Patrimônio Líquido		**2.575.774**	**2.423.231**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**43.290.989**	**39.684.811**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre		Acumulado	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas Financeiras		1.582.176	1.433.945	4.421.945	3.949.219
Despesas Financeiras		(1.181.042)	(1.052.883)	(3.240.614)	(2.855.356)
Margem Financeira	23	**401.134**	**381.062**	**1.181.331**	**1.093.863**
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		101.583	93.755	295.638	266.287
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(43.300)	(33.759)	(122.789)	(107.733)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	**58.283**	**59.996**	**172.849**	**158.554**
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	29.011	19.325	94.188	51.345
Resultado de Seguros e Previdência	26	50.749	40.025	119.379	107.519
Resultado Líquido de Perdas com *Impairment* de Ativos Financeiros	27	(104.173)	(58.320)	(246.830)	(258.730)
Despesa de Pessoal	28	(153.783)	(138.021)	(441.344)	(425.184)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		8.380	10.164	19.180	24.214
Provisões	29	(6.465)	(7.181)	(16.897)	(24.839)
Despesas Tributárias	30	(34.558)	(32.672)	(102.329)	(94.144)
Outras Despesas Administrativas	31	(110.959)	(105.752)	(339.396)	(305.485)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	32	(14.766)	(10.070)	(35.632)	(27.521)
Resultado antes da Tribução sobre o Lucro		**122.853**	**158.556**	**404.499**	**299.592**
Impostos Correntes	12	(25.070)	(72.741)	(79.001)	(156.489)
Impostos Diferidos	12	(1.010)	20.157	(7.165)	81.662
Lucro Líquido do Período	33	**96.773**	**105.972**	**318.333**	**224.765**
Resultado do Período Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		96.773	105.972	318.333	224.765
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		**347.504**	**347.504**	**347.504**	**347.504**
Ações Ordinárias		254.107	254.107	254.107	254.107
Ações Preferenciais		93.397	93.397	93.397	93.397
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R$)	33	**0,28**	**0,30**	**0,92**	**0,65**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
Em milhares de reais

	Notas	Trimestre		Acumulado	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Lucro Líquido do Período		**96.773**	**105.972**	**318.333**	**224.765**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**10**	**22.876**	**1.666**	**1.081**	**14.752**
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	45.619	6.490	16.354	31.070
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação		(5.673)	(2.734)	(14.869)	(4.621)
Efeito em Impostos	10	(17.070)	(2.090)	(404)	(11.697)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		**22.876**	**1.666**	**1.081**	**14.752**
Resultado Abrangente do Período		**119.649**	**107.638**	**319.414**	**239.517**
Resultado Abrangente do Período Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		119.649	107.638	319.414	239.517

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.600.000**	**745.022**	**(31.477)**	**-**	**2.313.545**
Transações de Capital com os Sócios	**300.000**	**(300.000)**	**-**	**(105.243)**	**(105.243)**
Aumentos de Capital	300.000	(300.000)	-	-	-
Dividendos/JSCP (Nota 34d)	-	-	-	(105.243)	(105.243)
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**14.752**	**224.765**	**239.517**
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	224.765	224.765
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**14.752**	**-**	**14.752**
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	14.752	-	14.752
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**35.826**	**-**	**(35.910)**	**(84)**
Constituição de Reservas	-	36.050	-	(36.050)	-
Outras movimentações	-	(224)	-	140	(84)
Saldos Finais em 30 de setembro de 2025	**1.900.000**	**480.848**	**(16.725)**	**83.612**	**2.447.735**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.900.000**	**544.602**	**(21.371)**	**-**	**2.423.231**
Transações de Capital com os Sócios	**-**	**-**	**-**	**(166.871)**	**(166.871)**
Dividendos/JSCP (Nota 34d)	-	-	-	(166.871)	(166.871)
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**1.081**	**318.333**	**319.414**
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	318.333	318.333
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**1.081**	**-**	**1.081**
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	1.081	-	1.081
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**110.338**	**-**	**(110.338)**	**-**
Constituição de Reservas	-	110.353	-	(110.353)	-
Outras movimentações	-	(15)	-	15	-
Saldos Finais em 30 de setembro de 2026	**1.900.000**	**654.940**	**(20.290)**	**41.124**	**2.575.774**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
Em milhares de reais

	Notas	Acumulado	
		30/09/2026	30/09/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		**1.186.565**	**(4.088.709)**
Lucro Líquido do Período Ajustado		**(1.314.255)**	**(910.088)**
Lucro Líquido do Período		**318.333**	**224.765**
Ajustes ao Lucro		**(1.632.588)**	**(1.134.853)**
Depreciação e Amortização	15-16	100.409	89.262
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		246.830	258.730
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(94.176)	(50.993)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.807.970)	(1.179.921)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(186.292)	(357.935)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		7.257	6.960
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		16.897	24.832
Ajuste de Provisão – Outras		(1.709)	(615)
Despesas de Impostos Correntes		79.001	156.489
Despesas com Impostos Diferidos		7.165	(81.662)
Variação Líquida nos Ativos e Passivos		**2.500.820**	**(3.178.621)**
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(546.764)	(3.958.506)
Reservas no Banco Central		185.052	13.734
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		194.569	(78.346)
Empréstimos e Recebíveis		(520.668)	(1.000.946)
Operações de Seguros		5.937	25
Outros Ativos		(150.356)	(57.263)
Depósitos de Clientes		2.272.615	651.593
Recursos de Instituições Financeiras		1.029.020	1.405.606
Títulos de Dívida Emitidos		277.652	(3.220)
Impostos Pagos		(78.573)	(122.661)
Passivos de Operações de Seguros		17	(3.208)
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		(12.647)	14.358
Passivos para Sinistros Ocorridos		1.055	(753)
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		-	-
Passivo de Arrendamento		1.733	18.345
Outros Passivos e Provisões		(157.822)	(57.379)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		**(1.506.184)**	**9.128.020**
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		-	3.383
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(53.496.569)	(180.844)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		50.868.046	7.846.739
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(120.949)	(370.224)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		1.049.936	1.782.453
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(22.383)	(27.844)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	12.669	19.236
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(30.114)	(43.175)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	-	(2.712)
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(52.176)	(84.790)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	43.466	39.952
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(57.706)	(84.026)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	-	602

Juros Recebidos		299.596	229.270
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento		**(139.467)**	**(104.943)**
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(139.467)	(104.943)
Dividendos pagos		-	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(459.086)**	**4.934.368**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	6.112.398	4.396.352
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	5.653.312	9.330.720

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS
Referente ao Período findo em 30 de setembro de 2026
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BANESTES Asset Management) e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros.

Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria, a BANESTES Loteria S.A., que está em fase pré-operacional. Contudo, em 28 de setembro de 2026, em decorrência da publicação da Medida Provisória nº 1.394, de 25 de setembro de 2026, a Instituição comunicou ao mercado a suspensão temporária das tratativas relacionadas a este projeto. Essa suspensão tem como objetivo a realização de análises jurídicas e regulatórias acerca dos efeitos da referida Medida Provisória, bem como a avaliação de seus potenciais impactos sobre o modelo de negócio e as condições para o prosseguimento da iniciativa.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a. **Base de preparação -** As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2026 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 12 de novembro de 2026 (Nota 40).

b. **Moeda Funcional e de Apresentação -** As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base para Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., e de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			30/09/2026	30/09/2025
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Asset Management	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev, e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100,00%	100%
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditorios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100,00%	100%

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. Adoção de Novas Normas e Interpretações – a partir de 01 de janeiro de 2026 as seguintes alterações de normas foram adotadas:

- **Emendas do IFRS 9 e IFRS 7:** Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. As emendas são efetivas para os períodos de relatório iniciados a partir 1º de janeiro de 2026 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

- **IFRS 17 - Contratos de Seguros: IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial.

e. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros

- **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública**: Divulgações: que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- **Emenda ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** esclarece os procedimentos a serem aplicados quando uma entidade passa a apresentar suas demonstrações financeiras em uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29. A alteração define como devem ser traduzidos os valores comparativos e os saldos quando ocorre essa mudança, visando assegurar que as informações permaneçam relevantes, consistentes e comparáveis ao longo do tempo. As emendas não alteram os critérios de reconhecimento ou mensuração, limitando-se a esclarecer os requisitos de tradução previstos na IAS 21, inclusive quanto à aplicação retrospectiva e ao tratamento dos efeitos da inflação na moeda de apresentação. Os impactos concentram-se exclusivamente nas divulgações e na forma de apresentação das demonstrações financeiras, sem efeitos sobre o desempenho ou a posição financeira da entidade A emenda é efetiva para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como "Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial".

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como "Receitas Financeiras".

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- **Data de reconhecimento**

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

- ## Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

- ## Avaliação do modelo de negócio

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- ## Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

- ## c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. *Instrumentos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

(i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e

(ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios. Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

(i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

(ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais

(iii) quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no trimestre.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

c.5. Derivativos

Os derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

d. Redução ao valor recuperável *(Impairment)*

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

(i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

(ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.

(iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

(i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.

(ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.

(iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.

(iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, consequentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

(i) IPCA;

(ii) SELIC; e

(iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default porfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como "Outras Despesas" no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda".

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor

recuperável (*impairment)*, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como "Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado".

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2026 e 2025
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.
Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo

Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.
O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis" do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente

independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como "Outras Receitas/ Outras Despesas". As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No terceiro trimestre de 2026, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição.

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k.1. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17, referem-se a contratos de seguros e contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
  - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
  - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos remanescentes (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa.

Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem *bottom-up*.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.
A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 38,20%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 16,23%, enquanto que para os seguros prestamista o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 24,33%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 9,00%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a podenração pelo fator de exposição ao risco.

k.2. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
ii) Descontos;
iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
iv) Margem de Serviço Contratual.

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurred But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;

- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e

- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou *swaps* interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente transladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou *swaps* interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constituí o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem *bottom-up* tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não

reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devessem ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como "Receitas de Prestação de Serviços e Comissões".

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em "Provisões".

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 30 de setembro de 2026, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R$ 121 (R$ 115 em 31 de dezembro de 2025).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência

médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como "Despesas de Pessoal" na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 36.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.
A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:
(a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
(b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os

recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas

é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Lei Complementar nº 224, em seu artigo 7º, ratificada pelo artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 2.315/2026, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.
A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.
Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas

provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como "Outras Despesas", dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;

ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- ### Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem

principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- ### Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment)* com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

Ao longo de 2026, o BANESTES revisou determinadas estimativas relacionadas à mensuração da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros, em decorrência de novas informações disponíveis, da experiência acumulada na aplicação dos modelos desenvolvidos, e do processo contínuo de monitoramento do comportamento das carteiras.

- ## Ativos Fiscais Diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- ## Provisões Técnicas de Seguros

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um

determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

- ### Provisões e Passivos Contingentes

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como "Provisões".

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- ### Plano Benefício Pós-Emprego

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.
Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Ajuste de Avaliação Patrimonial", quando ocorrer.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas

e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (http://www.banestes.com.br/ri/index.html), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, o SFB mantém sua estrutura de gerenciamento do risco de crédito sob a responsabilidade da Diretoria de Riscos e Controle, que atua como a unidade responsável pela gestão e reporte desse risco perante o Banco Central do Brasil.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment,* o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	30/09/2026	31/12/2025
Alienação Fiduciária	6.455.806	6.227.150
Aval/ Fiança/ Caução	100.226	110.850
Cessão/ Consignação	146.891	158.836
Hipoteca/ Penhor	1.688.463	1.605.919
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	4.187	4.187
Total	**8.395.573**	**8.106.942**

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.
Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	30/09/2026	31/12/2025
Imóveis	38.122	40.396
Veículos	11.585	9.122
Outros	-	-
Subtotal	**49.707**	**49.518**
Provisão p/ Desvalorização	(1.646)	(1.275)
Valor Líquido	**48.061**	**48.243**

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	30/09/2026				31/12/2025			
	Estágios				Estágios			
Ativos financeiros ao VJORA	**1º**	**2º**	**3º**	**Total**	**1º**	**2º**	**3º**	**Total**
Instrumento de Dívida e Patrimônio	**19.430.911**	**12.650**	**20.633**	**19.464.194**	**15.131.579**	**-**	**-**	**15.131.579**
Letras Fin. do Tesouro - LFT	18.115.098	-	-	18.115.098	13.139.942	-	-	13.139.942
Letras do Tesouro Nacional - LTN	69.622	-	-	69.622	733.964	-	-	733.964
Notas Fin. do Tesouro - NTN	1.136.416	-	-	1.136.416	721.512	-	-	721.512
Debêntures	109.775	12.650	20.633	143.058	536.161	-	-	536.161
Total	**19.430.911**	**12.650**	**20.633**	**19.464.194**	**15.131.579**	**-**	**-**	**15.131.579**

	30/09/2026				31/12/2025			
	Estágios				Estágios			
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1º**	**2º**	**3º**	**Total**	**1º**	**2º**	**3º**	**Total**
Créditos a Instituições Financeiras	**5.925.381**	**-**	**-**	**5.925.381**	**5.755.762**	**-**	**-**	**5.755.762**
Aplicações no mercado aberto	5.050.605	-	-	5.050.605	5.427.436	-	-	5.427.436
Aplicações em depósitos interfinanceiros	874.776	-	-	874.776	328.326	-	-	328.326
Instrumento de Dívida e Patrimônio	**1.506.500**	**53.005**	**12.066**	**1.571.571**	**2.402.982**	**-**	**5.368**	**2.408.350**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	197.235	-	-	197.235	506.134	-	-	506.134
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	486.565	-	-	486.565	499.052	-	-	499.052
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	11.873	-	-	11.873	37.342	-	-	37.342
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	49.344	-	-	49.344	53.719	-	-	53.719
Debêntures	308.767	53.005	12.066	373.838	475.396	-	5.368	480.764
Letras financeiras	-	-	-	-	410.098	-	-	410.098
Nota Comercial	452.713	-	-	452.713	421.238	-	-	421.238
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	**11.459.551**	**825.377**	**240.433**	**12.525.361**	**10.826.766**	**1.242.032**	**151.973**	**12.220.771**
Créditos a clientes	11.459.551	825.377	240.433	12.525.361	10.826.766	1.242.032	151.973	12.220.771
Riscos potenciais	**1.745.762**	**43.875**	**3.122**	**1.792.759**	**1.792.195**	**467.332**	**2.881**	**2.262.408**
Limites a clientes	1.745.762	43.875	3.122	1.792.759	1.792.195	467.332	2.881	2.262.408
Total	**20.637.194**	**922.257**	**255.621**	**21.815.072**	**20.777.705**	**1.709.364**	**160.222**	**22.647.291**

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	30/09/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	**281.761**	**513.268**
Cotas de fundos de investimento	281.761	513.268

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Ativos problemáticos.

Aumento significativo no risco de crédito

Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando uma operação passa a apresentar atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos e ativos financeiros que sofreram aumento significativo na sua PD desde a sua originação. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias.

Cura (diminuição do risco de crédito)

Considera-se que uma operação apresenta diminuição do risco de crédito quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos.

Ativos problemáticos

São considerados ativos problemáticos operações que possuam mais de 90 dias de atraso, além das operações para as quais existam indícios de que a obrigação pactuada não será integralmente honrada. Neste último caso, enquadram-se operações de contrapartes com falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias. Operações da mesma contraparte, que compartilham risco de inadimplência, também são consideradas para essa mensuração.

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes, agrupando essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (visão *forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (exposure at default - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:
- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:
- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	**Qualidade**
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
G	Baixa qualidade
H	Risco severo

Pessoa Jurídica	
Rating	**Qualidade**
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	Baixa qualidade
G	Risco severo
H	Risco severo

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	30/09/2026	31/12/2025
A	4.366.837	5.684.997
B	2.122.077	464.953
C	3.896.508	2.799.300
D	1.019.273	2.043.037
E	902.142	1.114.208
F	75.131	147.763
G	5.747	-
H	622.577	462.587
Total	**13.010.292**	**12.716.845**

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência

recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	Desocupação - últimos 3 meses	5.40% a.m.
	Inadimplência PF - últimos 10 meses	5.12% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	Desocupação - último mês	5.30% a.m.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	Inadimplência PF - últimos 5 meses	5.51% a.m.
	Desocupação - últimos 3 meses	5.40% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	Desocupação - últimos 5 meses	5.80% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	Inadimplência PJ - últimos 5 meses	3.15% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 30 de setembro de 2026, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física – Produtos Rotativos		PD	% relativo
	Base	3,3309%	0,00%
Desocupação	Piora 1%	3,3642%	1,00%
	Melhora 1%	3,2979%	-0,99%
	Base	3,3309%	0,00%
Inadimplência PF	Piora 1%	3,3722%	1,24%
	Melhora 1%	3,2901%	-1,23%

Pessoa Física – Crédito Consignado		PD	% relativo
	Base	2,3181%	0,00%
Desocupação	Piora 1%	2,3307%	0,54%
	Melhora 1%	2,3056%	-0,54%
	Base	2,3181%	0,00%
PIB	Piora 1%	2,2469%	-3,07%
	Melhora 1%	2,3915%	3,17%

Pessoa Física – Produtos Parcelados		PD	% relativo
	Base	9,8900%	0,00%
Inadimplência PF	Piora 1%	10,3645%	4,80%
	Melhora 1%	9,4346%	-4,60%
	Base	9,8900%	0,00%
Desocupação	Piora 1%	9,9469%	0,58%
	Melhora 1%	9,8334%	-0,57%

Pessoa Jurídica – Produtos Rotativos		PD	% relativo
	Base	1,7329%	0,00%
Inadimplência PJ	Piora 1%	1,7772%	2,55%
	Melhora 1%	1,6897%	-2,49%

Pessoa Jurídica – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Desocupação	Base	9,9124%	0,00%
	Piora 1%	10,1696%	2,59%
	Melhora 1%	9,6618%	-2,53%
PIB	Base	9,9124%	0,00%
	Piora 1%	9,2057%	-7,13%
	Melhora 1%	10,6734%	7,68%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;

- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também "Testes de Estresse de Liquidez", que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	30/09/2026				31/12/2025			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	**81.774.244**	**9.282.830**	**4.879.964**	**67.611.450**	**74.257.272**	**10.853.589**	**5.170.850**	**58.232.833**
Passivos não Derivativos	**43.811.844**	**22.355.884**	**5.682.424**	**15.773.536**	**40.947.014**	**21.381.723**	**4.515.809**	**15.049.482**
Depósitos de Instit. Financeiras	10.764.623	10.083.929	680.694	-	9.684.997	9.550.005	134.992	-
Depósitos de Clientes	31.216.762	12.161.015	3.689.758	15.365.989	29.226.612	11.602.649	4.007.502	13.616.461
Emissão de Títulos	1.758.210	38.691	1.311.972	407.547	1.583.700	705	247.841	1.335.154
Outros passivos financeiros	72.249	72.249	-	-	451.705	228.364	125.474	97.867

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado – Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (Economic Value of Equity - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (Net Interest Income – NII):

	30/09/2026				31/12/2025			
	Mínimo	Média	Máximo	30/09/2026	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2025
VaR *Trading*	725	1.040	1.683	1.451	429	710	918	429
Banking	-	29.351	88.054	-	-	58.386	175.158	-

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.
Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.
Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

	30/09/2026			31/12/2025		
Fatores de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 SituaçãoPossível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 SituaçãoProvável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 SituaçãoRemota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(7.040)	(166.469)	(316.342)	(6.500)	(160.427)	(317.345)
IPCA	(3.974)	(87.855)	(156.764)	(3.715)	(82.143)	(146.616)
Dólar	-	-	-	(18)	(461)	(923)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.473.284	15.103.457
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	272.363	484.359
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de *trading*	-	1.845

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito – RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução nº. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao período findo em 30 de setembro de 2026, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado Prudencial	
	30/09/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado	**2.556.192**	**2.411.697**
(-) Redução Ajustes Prudenciais	**(421.228)**	**(426.554)**
(-) Ativos Intangíveis	(373.073)	(384.449)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(48.155)	(40.355)
(-) Créditos Tributários	-	(1.750)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	64.348	96.522
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	**2.199.312**	**2.081.665**
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	**12.291.743**	**12.506.673**
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	**2.138.403**	**2.061.026**
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAmpad)	**-**	**5.075**
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	**357**	**340**
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**14.430.503**	**14.573.114**
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Exigido [(PR-(RWA*F)-RBAN]	**684.109**	**551.488**
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	**15,24%**	**14,28%**
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	**-**	**-**

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- Financeiro: engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- Seguros e Outros: envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Período por Segmento

Em 30 de setembro de 2026:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.187.705	(6.374)	-	1.181.331
Resultado de Prestação de Serviços (1)	177.828	2.904	(7.883)	172.849
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	44.266	54.494	(4.572)	94.188
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	119.559	(180)	119.379
Resultado de Perdas com *Impairment* de Ativos Financeiros	(246.834)	4	-	(246.830)
Despesas de Pessoal (1)	(413.659)	(27.685)	-	(441.344)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propridedade para Investimentos e Imobilizado	679	18.501	-	19.180
Resultado de Equivalência Patrimonial (3)	131.647	-	(131.647)	-
Provisões	(16.740)	(157)	-	(16.897)
Despesas Tributárias	(81.481)	(20.848)	-	(102.329)
Outras Despesas Administrativas (3)	(331.743)	(15.716)	8.063	(339.396)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (3)	(34.943)	(689)	-	(35.632)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**416.725**	**123.993**	**(136.219)**	**404.499**
Impostos Correntes e Diferidos	(42.638)	(43.528)	-	(86.166)
Resultado Líquido do Período	**374.087**	**80.465**	**(136.219)**	**318.333**
Resultado do Período Atribuível aos:				
Acionistas Controladores				
Total do Ativo	**43.872.438**	**608.452**	**(1.189.901)**	**43.290.989**
Passivo	**41.025.079**	**143.444**	**(453.308)**	**40.715.215**

Em 30 de setembro de 2025:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.060.763	33.100	-	1.093.863
Resultado de Prestação de Serviços (1)	171.066	(5.031)	(7.481)	158.554
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	48.277	10.358	(7.290)	51.345
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	107.622	(103)	107.519
Resultado de Perdas com *Impairment* de Ativos Financeiros	(258.721)	(9)	-	(258.730)
Despesas de Pessoal (1)	(399.430)	(25.754)	-	(425.184)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propridedade para Investimentos e Imobilizado	2.285	21.929	-	24.214
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	106.677	-	(106.677)	-
Provisões	(18.593)	(6.246)	-	(24.839)
Despesas Tributárias	(75.674)	(18.470)	-	(94.144)
Outras Despesas Administrativas (2)	(297.307)	(15.762)	7.584	(305.485)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(27.956)	485	(50)	(27.521)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**311.387**	**102.222**	**(114.017)**	**299.592**
Impostos Correntes e Diferidos	(38.008)	(36.819)	-	(74.827)
Resultado Líquido do Período	**273.379**	**65.403**	**(114.017)**	**224.765**
Resultado do Período Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	**273.379**	**65.403**	**(114.017)**	**224.765**
Total do Ativo	**39.562.740**	**604.816**	**(1.035.757)**	**39.131.799**
Passivo	**36.899.461**	**162.356**	**(377.753)**	**36.684.064**

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

(1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.

(2) Aos lucros das Controladas.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	30/09/2026			31/12/2025		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	**-**	**281.761**	**281.761**	**-**	**513.268**	**513.268**
Cotas de Fundos de Investimento	-	281.761	281.761	-	513.268	513.268
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	**19.464.194**	**-**	**19.464.194**	**15.131.579**	**-**	**15.131.579**
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	19.321.134	-	19.321.134	14.595.418	-	14.595.418
Títulos de Dívida de Emissores Privados	143.060	-	143.060	536.161	-	536.161

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo:

	30/09/2026				31/12/2025			
		Valor Justo				Valor Justo		
	Valor Contábil	Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Valor Contábil	Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	1.571.571	1.551.665	823.097	728.568	2.408.350	2.358.540	1.811.378	547.162
Créditos a Inst. Financeiras	5.925.381	5.925.381	-	5.925.381	5.755.762	5.755.762	-	5.755.762
Empréstimos e Recebíveis	12.525.361	12.525.361	-	12.525.361	12.220.771	12.220.771	-	12.220.771
Depósitos de Clientes (1)	26.341.348	25.730.855	-	25.730.855	24.068.733	23.712.229	-	23.712.229
Recursos de Inst.Financeiras(2)	11.053.900	11.052.638	-	11.052.638	10.024.879	10.016.000	-	10.016.000
Títulos de Dívida Emitidos	1.562.413	1.565.099	-	1.565.099	1.284.761	1.284.761	-	1.284.761

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**228.830**	**167.962**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	**5.050.483**	**5.427.437**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	2.529.774	2.228.600
Letras do Tesouro Nacional – LTN	21.885	994.530
Notas do Tesouro Nacional – NTN	2.498.824	2.204.307
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	**373.999**	**516.999**
Aplicações Voluntárias no Banco Central	373.999	516.999
Total	**5.653.312**	**6.112.398**

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	36.433	101.047
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	948.785	941.911
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	63.074	190.386
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	373.999	517.000
Total		**1.422.291**	**1.750.344**

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação

	30/09/2026				
Categoria/Papel	**sem vencto.**	**até 1 ano**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	**31.275**	**52.259**	**70.463**	**127.764**	**281.761**
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	31.275	52.259	70.463	127.764	281.761
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	**-**	**60.187**	**169.704**	**19.234.303**	**19.464.194**
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	132.003	19.198.222	19.330.225
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	66.500	41.724	49.842	158.066
Perda de Valor Recuperável (*Impairment*)	-	(6.313)	(4.023)	(13.761)	(24.097)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	**-**	**6.380.465**	**1.016.790**	**99.697**	**7.496.952**
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	6.125.157	250.936	50.862	6.426.955
Títulos de Dívida de Emissores Privados – Inst. Financeiras	-	108.235	89.093	-	197.328
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	154.491	696.383	50.253	901.127
Perda de Valor Recuperável (*Impairment*)	-	(7.418)	(19.622)	(1.418)	(28.458)

31/12/2025					
Categoria/Papel	sem vencto.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	**33.358**	**32.550**	**298.835**	**148.525**	**513.268**
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	**-**	**923.655**	**3.878.861**	**10.329.063**	**15.131.579**
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	714.293	3.601.131	10.286.870	14.602.294
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Perda de Valor Recuperável (*Impairment*)	-	(437)	(1.833)	(4.868)	(7.138)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	**-**	**6.722.035**	**1.281.305**	**160.772**	**8.164.112**
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	6.300.509	452.290	48.797	6.801.596
Títulos de Dívida de Emissores Privados – Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Perda de Valor Recuperável (*Impairment*)	-	(4.577)	(8.781)	(1.305)	(14.663)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

		Ganho	Perda			Saldo
	Saldo 31/12/2025	Não Realizado		Impostos	PDD	30/09/2026
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(21.371)	2.073	(15.332)	(404)	14.744	(20.290)

c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

	30/09/2026				31/12/2025			
	Estágios				Estágios			
Ativos financeiros ao VJORA	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total
Títulos e Valores Mobiliários	**(9.150)**	**(6)**	**(14.941)**	**(24.097)**	**(7.138)**	-	-	**(7.138)**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(8.517)	-	-	(8.517)	(6.187)	-	-	(6.187)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	(33)	-	-	(33)	(345)	-	-	(345)
Notas Financeiras do Tesouro – NTN	(541)	-	-	(541)	(344)	-	-	(344)
Debêntures	(59)	(6)	(14.941)	(15.006)	(262)	-	-	(262)
Total	**(9.150)**	**(6)**	**(14.941)**	**(24.097)**	**(7.138)**	-	-	**(7.138)**

	30/09/2026				31/12/2025			
	Estágios				Estágios			
Ativos financeiros ao custo amortizado	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total
Créditos a Instituições Financeiras	**(2.899)**	**-**	**-**	**(2.899)**	**(2.813)**	**-**	**-**	**(2.813)**
Aplicações no Mercado Aberto	(2.363)	-	-	(2.363)	(2.550)	-	-	(2.550)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(536)	-	-	(536)	(263)	-	-	(263)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	**(709)**	**(25)**	**(24.825)**	**(25.559)**	**(1.131)**	**-**	**(10.719)**	**(11.850)**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	(237)	-	-	(237)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(229)	-	-	(229)	(235)	-	-	(235)
Títulos Publicos Federais - CVS	(6)	-	-	(6)	(18)	-	-	(18)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(23)	-	-	(23)	(25)	-	-	(25)
Debêntures	(145)	(25)	(24.825)	(24.995)	(225)	-	(10.719)	(10.944)
Letras Financeiras	(93)	-	-	(93)	(193)	-	-	(193)
Nota Comercial	(213)	-	-	(213)	(198)	-	-	(198)
Total	**(3.608)**	**(25)**	**(24.825)**	**(28.458)**	**(3.944)**	**-**	**(10.719)**	**(14.663)**

d. Movimentação do *Impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 30 de setembro de 2026:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(7.138)**	**-**	**-**	**(7.138)**
Novos ativos financeiros originados	-	-	-	-
Estorno de provisão de operações liquidadas	-	-	(14.941)	(14.941)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(2.012)	(6)	-	(2.018)
Saldos em 30 de setembro de 2026	**(9.150)**	**(6)**	**(14.941)**	**(24.097)**

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(2.704)**	**-**	**-**	**(2.704)**
Novos ativos financeiros originados	-	-	-	-
Estorno de provisão de operações liquidadas	(358)	-	-	(358)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	286	-	-	286
Saldos em 30 de setembro de 2026	**(2.776)**	**-**	**-**	**(2.776)**
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(1.247)**	**-**	**(10.712)**	**(11.959)**
Novos ativos financeiros originados	-	-	-	-
Estorno de provisão de operações liquidadas	(58)	-	(24.825)	(24.883)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	11.185	(25)	-	11.160
Saldos em 30 de setembro de 2026	**9.880**	**(25)**	**(35.537)**	**(25.682)**

Em 31 de dezembro de 2025:

Ativos Financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**(14.291)**	**-**	**-**	**(14.291)**
Novos Ativos Financeiros Originados	(794)	-	-	(794)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	8.002	-	-	8.002
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(55)	-	-	(55)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	**(7.138)**	**-**	**-**	**(7.138)**

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**(2.103)**	**-**	**-**	**(2.103)**
Novos Ativos Financeiros Originados	(154)	-	-	(154)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	166	-	-	166
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(613)	-	-	(613)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	**(2.704)**	**-**	**-**	**(2.704)**
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**(1.766)**	**-**	**-**	**(1.766)**
Novos Ativos Financeiros Originados	(268)	-	-	(268)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	257	-	-	257
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	530	-	(10.712)	(10.182)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	**(1.247)**	**-**	**(10.712)**	**(11.959)**

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	30/09/2026	31/12/2025
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	**83.630**	**248.259**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	83.630	248.259
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	**78.387**	**82.056**
Títulos de Renda Fixa - Públicos	78.387	82.056

f. Derivativos

O Banestes opera com instrumentos financeiros derivativos para administrar suas exposições a riscos de mercado associados à variação da taxa de juros.

São contratos de *swap* de taxa de juros, em que são acordadas com contrapartes instituições financeiras, externas ao grupo, a troca de rentabilidade futura (de pré-fixada para pós-fixada, ou o inverso) aplicada sobre um valor referencial ("nocional").

Atualmente há apenas um contrato vigente, firmado para permitir o amadurecimento dos processos relacionados.
A operação não está designada como *hedge* contábil.

f.1 Por Indexador, valor de nocional, valor de mercado e vencimento (Valores em reais)

	30/09/2026			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
***Swap* - taxa de juros**				
Valor de referência	100.000,00	-	-	100.000,00
Nível 2 de valor justo				
Valor Justo - Posição ativa	-	-	-	-
Valor Justo - Posição passiva	125,02	-	-	125,02

f.2 Receitas e despesas líquidas (Valores em reais)

	Banestes Múltiplo
	30/09/2026
Swap	38,23

(*) Em 2025 não houve operações com derivativos.

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	30/09/2026			31/12/2025		
	Bruto	*Impairment*	Líquido	Bruto	*Impairment*	Líquido
Cartões	746.525	(43.827)	702.698	741.929	(47.155)	694.774
Crédito comercial	3.348.327	(150.636)	3.197.691	3.488.668	(156.985)	3.331.683
Imobiliário	2.788.567	(22.607)	2.765.960	2.780.431	(27.981)	2.752.450
Industrial	184.233	(8.804)	175.429	80.203	(1.968)	78.235
Pessoal	4.348.085	(115.232)	4.232.853	4.085.485	(110.543)	3.974.942
Renegociação	309.724	(110.135)	199.589	295.869	(131.226)	164.643
Rural	1.284.831	(33.690)	1.251.141	1.244.260	(20.216)	1.224.044
Total	**13.010.292**	**(484.931)**	**12.525.361**	**12.716.845**	**(496.074)**	**12.220.771**

Movimentação do *Impairment*

Em 30 de setembro de 2026:

	Estágios			
	1º	2º	3º	Total
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2026	**112.903**	**72.557**	**310.614**	**496.074**
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(7.498)	21.779	-	14.281
Estágio 1 para o Estágio 3	(4.278)	-	92.633	88.355
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(13.222)	122.715	109.493
Estágio 2 para o Estágio 1	7.525	(21.796)	-	(14.271)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.678	(19.209)	(17.531)
Estágio 3 para o Estágio 1	146	-	(4.344)	(4.198)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	20.441	8.871	55.129	84.441
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(18.306)	(11.380)	(9.973)	(39.659)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(12.015)	(7.893)	(212.146)	(232.054)
Total dos movimentos com impactos no resultado	**98.918**	**50.594**	**335.419**	**484.931**
Perda Esperada em 30 de setembro de 2026	**98.918**	**50.594**	**335.419**	**484.931**

Em 31 de dezembro de 2025:

	Estágios			
	1º	2º	3º	Total
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025	**187.613**	**34.633**	**251.368**	**473.614**
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(39.767)	35.455	-	(4.312)
Estágio 1 para o Estágio 3	(5.724)	-	139.580	133.856
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(4.857)	21.175	16.318
Estágio 2 para o Estágio 1	1.975	(11.094)	-	(9.119)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	8.984	(43.435)	(34.451)
Estágio 3 para o Estágio 1	63	-	(5.073)	(5.010)
Novos Ativos Financeiros Originados ou Comprados	45.618	25.418	62.605	133.641
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(34.794)	(4.509)	9.566	(29.737)
Estorno de Provisão de Contratos Liquidados	(42.081)	(11.473)	(125.172)	(178.726)
Total dos Movimentos com Impactos no Resultado	**112.903**	**72.557**	**310.614**	**496.074**
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2025	**112.903**	**72.557**	**310.614**	**496.074**

Composição por vencimento

	30/09/2026	31/12/2025
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	**13.010.292**	**12.716.845**
Prestações Vencidas	**226.475**	**171.327**
A partir de 1 dia	226.475	171.327
Prestações a Vencer	**12.783.817**	**12.545.518**
Até 1 ano	3.964.577	3.926.800
De 1 a 5 anos	5.104.548	3.333.651
Acima de 5 anos	3.714.692	5.285.067

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	30/09/2026		30/09/2025	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	**417.927**	**417.927**	**466.006**	**466.006**
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(104.482)	(83.585)	(116.502)	(93.201)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	41.718	33.374	26.311	21.048
Resultado de Equivalência Patrimonial	32.133	23.641	27.833	20.583
Adições (exclusões) de caráter permanente	(21.630)	(4.344)	(21.367)	(5.947)
Adições (exclusões) de caráter temporário	1.475	1.157	(10.908)	(8.412)
Total dos Valores Devidos	**(50.786)**	**(29.757)**	**(94.633)**	**(65.929)**
Realização da Reserva de Reavaliação	7	6	69	56
Incentivos Fiscais	1.529	-	3.948	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	**(49.250)**	**(29.751)**	**(90.616)**	**(65.873)**
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	**(1.212)**	**(957)**	**(981)**	**(806)**
Ativo Fiscal Diferido	**(2.917)**	**(2.079)**	**46.507**	**36.942**
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	**(53.379)**	**(32.787)**	**(45.090)**	**(29.737)**

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 7,94% e 21,28% para o período de 2026 e 2025, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/09/2026
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	175.048	356.411	(323.501)	207.958
Ações Trabalhistas	30.948	4.904	(8.916)	26.936
Ações Cíveis	28.315	5.547	(16.046)	17.816
Contingências Fiscais	20.462	922	(44)	21.340
Outras Contingências	15.213	21.492	(21.819)	14.886
Ajustes de IFRS*	(9.417)	(6.768)	4.974	(11.211)
Total de Adições Temporárias	**260.569**	**382.508**	**(365.352)**	**277.725**
Crédito Tributário Não Corrente	-	-	-	-
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	**260.569**	**382.508**	**(365.352)**	**277.725**
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	101.825	-	(22.951)	78.874
Ajustes ao Valor de Mercado – VJORA	21.031	2.813	(2.552)	21.292
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	**122.856**	**2.813**	**(25.503)**	**100.166**
Total Geral dos Créditos Tributários	**383.425**	**385.321**	**(390.855)**	**377.891**
Total dos Créditos Tributários Ativados	**383.425**	**385.321**	**(390.855)**	**377.891**

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/09/2026
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de *Leasing*	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	22.830	2.178	(9)	24.999
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo – Tít. Disp. P/Venda	(1)	-	-	(1)
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(825)	-	(13)	(838)
Total Geral dos Débitos Tributários	**22.004**	**2.178**	**(22)**	**24.160**

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuizo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2026	45.006	36.008			81.014
2027	42.165	33.733			75.898
2028	20.534	16.864			37.398
2029	23.412	18.729			42.141
2030	23.412	18.729			42.141
2031 a 2035	55.166	44.133			99.299
Total	**209.695**	**168.196**			**377.891**
Valor Presente	**165.929**	**133.105**	**-**	**-**	**299.034**
Valor Presente em 30/09/2025	**158.865**	**126.684**	**-**	**-**	**285.549**

13. OUTROS ATIVOS

	30/09/2026	31/12/2025
Adiantamento ao FGC	**115.991**	**-**
Depósitos Judiciais dados em Garantia	**170.039**	**210.524**
Depósitos Trabalhistas	32.268	45.486
Depósitos Cíveis	24.697	57.192
Depósitos Fiscais (Nota 20)	110.011	105.474
Depósitos de Sinistros	2.663	2.027
Outros Depósitos	400	345
Impostos e Contribuições a Compensar	69.526	61.585
Pagamentos a Ressarcir	54.914	37.625
Serviços Prestados a Receber	2.219	2.335
Adiantamentos e Antecipações Salariais	15.424	7.234
Adiantamentos para Pagamentos	17.795	24.837
Despesas Antecipadas	51.828	63.152
Participações Pagas Antecipadamente	21.160	19.026
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	106.575	105.059
Devedores Diversos - País	169.292	115.457
Outros Ativos	8.731	6.303
Total	**803.494**	**653.137**

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	30/09/2026	31/12/2025
Relações Interfinanceiras		**106.575**	**105.059**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	11.061	3.713
Sistema Financeiro da Habitação		87.881	94.932
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	2.314	2.862
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	97.281	103.784
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.633	6.414
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		**106.575**	**105.059**

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/09/2026	31/12/2025
Custo de aquisição		
Saldo no Inicio Do Período	**49.518**	**47.910**
Aquisições	22.921	36.804
Alienações / Baixas	(22.194)	(34.469)
Transferências	(538)	(727)
Total	**49.707**	**49.518**
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Trimestre	**(1.275)**	**(1.506)**
Desvalorização	(9.896)	(11.318)
Baixas / Alienações	9.525	11.549
Total	**(1.646)**	**(1.275)**
Resultado Líquido	**48.061**	**48.243**

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2025	**3.606**	**67.217**	**35.182**	**155.282**	**24.540**	**8.522**	**130.618**	**424.967**
Aquisições	-	5.650	1.976	123	43.707	182	30.114	81.752
Alienações/ Baixas	-	-	(292)	(4.755)	(43.530)	-	(606)	(49.183)
Transferências	-	538	(3.230)	2.741	489	-	-	538
Saldo Final em 30/09/2026	**3.606**	**73.405**	**33.636**	**153.391**	**25.206**	**8.704**	**160.126**	**458.074**
Depreciação								
Saldo em 31/12/2025	**(2.280)**	**(37.103)**	**(20.245)**	**(95.080)**	**(15.760)**	**(6.737)**	**(28.353)**	**(205.558)**
Depreciação do Período	(43)	(3.648)	(1.115)	(8.759)	(882)	(336)	(20.980)	(35.763)
Baixas/Alienações	-	-	205	4.745	161	-	606	5.717
Saldo Final em 30/09/2026	**(2.323)**	**(40.751)**	**(21.155)**	**(99.094)**	**(16.481)**	**(7.073)**	**(48.727)**	**(235.604)**
Saldo Líquido Final em 30/09/2026	**1.283**	**32.654**	**12.481**	**54.297**	**8.725**	**1.631**	**111.399**	**222.470**
Saldo Líquido em 31/12/2025	**1.326**	**30.114**	**14.937**	**60.202**	**8.780**	**1.785**	**102.265**	**219.409**

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2025	**300.188**	**12.113**	**348.391**	**47.453**	**708.145**
Aquisições	12.366	-	21.053	24.287	57.706
Alienações / Baixas	-	(8)	-	-	(8)
Transferências	2.225	-	-	(2.225)	-
Saldo Final em 30/09/2026	**314.779**	**12.105**	**369.444**	**69.515**	**765.843**
Depreciação					
Saldo em 31/12/2025	**(130.664)**	**(8.473)**	**(164.049)**	**-**	**(303.186)**
Amortização do Período	(19.083)	(369)	(45.194)	-	(64.646)
Baixas / Alienações	-	8	-	-	8
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 30/09/2026	**(149.747)**	**(8.834)**	**(209.243)**	**-**	**(367.824)**
Saldo Líquido Final em 30/09/2026	**165.032**	**3.271**	**160.201**	**69.515**	**398.019**
Saldo Líquido em 31/12/2025	**169.524**	**3.640**	**184.342**	**47.453**	**404.959**

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 30/09/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
No País:	**11.053.900**	**10.024.879**	**-**	**-**
Depósitos à Vista	1.690	653		-
Operações Compromissadas	9.806.213	9.430.737	8,19% e 13,65% a.a.	10,43% e 14,90% a.a.
Obrigações por Repasses:	**466.631**	**370.747**		**-**
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	172.746	181.999		-
BNDES	37.231	37.856		-
Finame	170.940	50.892		-
Outras Instituições	85.714	100.000		-
Depósitos Interfinanceiros	779.366	222.742	0,01% e 13,65% a.a.	3,00% e 14,90% a.a.
Total	**11.053.900**	**10.024.879**		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	**1.690**	**653**		
Exigível a Prazo	**11.052.210**	**10.024.226**		
Até 1 ano	10.901.709	9.855.356		
De 1 a 5 anos	150.501	168.870		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	**11.053.900**	**10.024.879**		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 30/09/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
Depósitos à Vista	1.096.258	950.505	-	-
Depósitos a Prazo	20.503.682	18.389.647	0,14% a.a a 13,65% a.a.	2,00% a.a. a 14,90% a.a.
Depósitos de Poupança	4.735.145	4.719.128	0,67% a.m a 0,67% a.m	0,66% a.m. e 0,68% a.m.
Outros	6.263	9.453	-	-
Total	**26.341.348**	**24.068.733**		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	**10.893.223**	**10.518.350**		
Exigível a Prazo	**15.448.125**	**13.550.383**		
Até 1 ano	2.844.470	2.176.409		
De 1 a 5 anos	12.550.689	11.021.576		
Acima de 5 anos	52.966	352.398		
Total	**26.341.348**	**24.068.733**		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 30/09/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
Letras de Crédito Imobiliário	591.814	330.098	9,56% a.a. a 13,24% a.a.	11,92% a.a. a 14,90% a.a.
Letras de Agronegócio	970.599	954.663	9,56% a.a. a 13,24% a.a.	11,92% a.a. a 14,90% a.a.
Total	**1.562.413**	**1.284.761**		
Composição por prazo de vencimento				
Até 1 ano	749.502	1.794		
De 1 a 5	812.911	1.282.967		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	**1.562.413**	**1.284.761**		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devessem ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

	30/09/2026					30/09/2025				
Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro	**68.806**	**63.218**	**46.458**	**183**	**178.665**	**63.517**	**60.807**	**39.890**	**433**	**164.647**
Constituições/Atualizações	10.900	12.281	2.052	-	25.233	12.617	9.256	7.131	56	29.060
Pagamentos/Reversões (*)	(19.814)	(35.665)	(75)	(183)	(55.737)	(9.507)	(6.256)	(1.133)	(301)	(17.197)
Saldo Atual	**59.892**	**39.834**	**48.435**	**-**	**148.161**	**66.627**	**63.807**	**45.888**	**188**	**176.510**

(*) No acumulado até 30/09/2026 foi realizado saneamento das contas de depósitos judiciais associados aos processos cíveis, o que resultou na baixa de provisão na ordem de R$ 20.030, em contrapartida ao respectivo ativo. Não foram identificados ajustes materiais não saneados.

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria.

Em 30 de setembro de 2026, o SFB possuía provisão trabalhista de R$ 59.892 (R$ 68.806 em 31/12/2025) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R$ 29.346 (R$ 42.281 em 31/12/2025) e em depósito recursal a importância de R$ 2.922 (R$ 3.205 em 31/12/2025).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere a pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada, dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O Sistema Financeiro BANESTES discute judicialmente e administrativamente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos

tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

	30/09/2026		31/12/2025	
Natureza – Fiscal	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	16.524	65.955	16.016	63.095
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	29.312	40.537	27.895	38.576
Honorários - Diversas Ações	2.563	-	2.511	-
Outros	36	3.519	36	3.803
Total	**48.435**	**110.011**	**46.458**	**105.474**

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R$ 7.102 e o mesmo busca a devolução complementar do depósito judicial efetuado a maior conforme laudo pericial judicial.

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como "autor" ou "réu" e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R$ 7.228 (R$ 10.346 em 31/12/2025).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R$ 351.344 (R$ 296.225 em 31/12/2025).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo perfazem um montante de R$ 382 (R$ 476 em 31/12/2025), referentes a questionamentos judiciais e administrativos de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	30/09/2026	31/12/2025
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	111.748	102.758
Impostos a Recolher	52.893	46.981
Obrigações por Aquisição de Bens	26.542	47.879
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	137.631	141.691
Obrigações Sociais e Estatutárias	29.748	126.307
Pagamentos a Efetuar	112.599	82.210
Relações Interfinanceiras	631.369	639.023
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	121	115
Credores por Recursos a Liberar	87.883	19.030
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	63.786	142.949
Obrigações por Convênios Oficiais	66.399	52.338
Credores Diversos - País	153.318	163.822
Outros Passivos	54.871	49.438
Total	**1.528.908**	**1.614.541**
Total Passivo Circulante	**1.421.194**	**1.504.312**
Total Passivo Não Circulante	**107.714**	**110.229**

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	30/09/2026	31/12/2025
até 1 ano	25.612	23.671
de 1 ano a 5 anos	64.017	54.696
acima de 5 anos	22.119	24.391
Total	**111.748**	**102.758**

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em setembro de 2026:

	Agrupamento de Ramos		
Movimentação do grupo de contas	**Danos**	**Pessoas**	**Total**
Saldo Inicial em 31/12/2025	**96.677**	**(71.884)**	**24.793**
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	142.079	149.724	291.803
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(55.915)	(26.638)	(82.553)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(377)	-	(377)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	39.624	26.635	66.259
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(147.949)	(139.830)	(287.779)
Saldo Final em 30/09/2026	**74.139**	**(61.993)**	**12.146**

Em dezembro de 2025:

	Agrupamento de Ramos		
Movimentação do grupo de contas	**Danos**	**Pessoas**	**Total**
Saldo Inicial em 31/12/2024	**107.166**	**(86.706)**	**20.460**
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	201.931	190.030	391.961
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(70.931)	(33.695)	(104.626)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(362)	-	(362)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	54.665	33.840	88.505
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(195.792)	(175.353)	(371.145)
Saldo Final em 31/12/2025	**96.677**	**(71.884)**	**24.793**

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em setembro de 2026:

	Ramo
Movimentação do grupo de contas	**Pessoas**
Saldo Inicial em 31/12/2025	**11.515**
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 30/09/2026	**11.515**

Em dezembro de 2025:

	Ramo
Movimentação do grupo de contas	**Pessoas**
Saldo Inicial em 31/12/2024	**11.515**
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2025	**11.515**

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em setembro de 2026:

	Agrupamento de Ramos		
Movimentação do grupo de contas	**Danos**	**Pessoas**	**Total**
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	36.217	19.209	55.426
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(14.887)	(13.877)	(28.764)
Saldo Final Ajustado	**21.330**	**5.332**	**26.662**

Em dezembro de 2025:

	Agrupamento de Ramos		
Movimentação do grupo de contas	**Danos**	**Pessoas**	**Total**
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	38.068	22.934	61.002
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(21.236)	(14.159)	(35.395)
Saldo Final Ajustado	**16.832**	**8.775**	**25.607**

23. MARGEM FINANCEIRA

	30/09/2026	30/09/2025
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	576.552	759.897
Créditos a Instituições Financeiras	100.143	44.930
Empréstimos e Recebíveis	1.619.974	1.485.930
Títulos de Investimento	2.076.876	1.604.215
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	47.710	53.329
Outras Receitas Financeiras	690	918
Total	**4.421.945**	**3.949.219**
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(1.117.426)	(994.660)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(2.066.284)	(1.855.857)
Depósitos Especiais	(531)	(493)
Outras Despesas Financeiras	(56.373)	(4.346)
Total	**(3.240.614)**	**(2.855.356)**
Margem Financeira	**1.181.331**	**1.093.863**

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	30/09/2026	30/09/2025
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	89.299	86.669
Cartões de Crédito/ Débito	48.470	44.661
Administração de Fundos de Investimentos	29.105	14.584
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	10.863	10.952
Arrecadações e Convênio	18.020	18.940
Cobrança	11.461	11.723
Corretagem de seguros, Previdência e Capitalização	58.324	34.280
Serviços de Custódia	743	678
Outras Receitas de Prestação de Serviços	29.353	43.800
Total	**295.638**	**266.287**
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(54.679)	(57.066)
Cartões de Crédito	(26.073)	(28.019)
Correspondente Bancário	(12.107)	(12.880)
Informação Cadastral	(2.927)	(2.761)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(13.572)	(13.406)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(23.138)	(14.414)
Despesas de Corretagem de Seguros	(28.775)	(21.534)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(3.109)	(2.665)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(13.088)	(12.054)
Total	**(122.789)**	**(107.733)**
Resultado Líquido	**172.849**	**158.554**

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	30/09/2026	30/09/2025
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	-
Fundos de Investimento	94.188	51.345
Total	**94.188**	**51.345**
Despesas		
Instrumento de Dívidas	-	-
Total	**-**	**-**
Resultado Líquido	**94.188**	**51.345**

26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	30/09/2026	30/09/2025
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	156.065	124.406
Pessoas	177.913	162.935
Total	**333.978**	**287.341**
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(157.316)	(121.168)
Pessoas	(57.283)	(58.654)
Total	**(214.599)**	**(179.822)**
Resultado de Seguros e Previdência	**119.379**	**107.519**

27. RESULTADO DE PERDAS COM *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

	30/09/2026	30/09/2025
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	510.367	510.617
Reversão de Provisão de Aplic. Interf. de Liquidez e de Títulos e Valores Mobiliários	18.897	7.525
Outras Reversões de Provisões	6.310	8.682
Total	**535.574**	**526.824**
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(728.782)	(759.340)
Provisão de Aplic. Interf. De Liquidez e de Títulos e Valores Mobiliários	(49.650)	(18.808)
Outras Provisões	(3.972)	(7.406)
Total	**(782.404)**	**(785.554)**
Resultado Líquido	**(246.830)**	**(258.730)**

28. DESPESAS DE PESSOAL

	30/09/2026	30/09/2025
Salários	(238.894)	(244.900)
Encargos Sociais Obrigatórios	(84.878)	(72.176)
Benefícios	(79.254)	(70.561)
Participações Estatutárias no Lucro	(27.599)	(26.206)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(8.142)	(7.422)
Treinamento	(1.705)	(3.052)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(184)	(212)
Remuneração do Conselho Fiscal	(688)	(655)
Total	**(441.344)**	**(425.184)**

29. PROVISÕES

	30/09/2026	30/09/2025
Receitas		
Reversão de Provisões Trabalhistas	-	16
Reversão de Provisões Cíveis	8.442	3.141
Reversão de Provisões Fiscais	-	1.013
Reversão de Provisões Outras	-	-
Total	**8.442**	**4.170**
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(10.873)	(12.617)
Contingências Cíveis	(12.327)	(9.256)
Contingências Fiscais	(2.052)	(7.131)
Contingências Outras	(87)	(5)
Total	**(25.339)**	**(29.009)**
Resultado das Provisões	**(16.897)**	**(24.839)**

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/09/2026	30/09/2025
Contribuição ao Cofins	(73.312)	(66.935)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(15.194)	(14.416)
Contribuição ao PIS/PASEP	(12.332)	(11.220)
IPTU	(946)	(1.264)
Outras	(545)	(309)
Total	**(102.329)**	**(94.144)**

31. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/09/2026	30/09/2025
Depreciações e Amortizações	(100.684)	(89.262)
Serviços Técnicos Especializados	(42.875)	(47.903)
Processamento de Dados	(62.066)	(41.766)
Segurança e Vigilância	(20.317)	(19.551)
Manutenção e Conservação de Bens	(20.449)	(18.380)
Comunicação	(9.547)	(10.016)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(31.807)	(27.510)
Transporte	(7.924)	(8.647)
Água, Energia e Gás	(5.021)	(4.609)
Serviços de Terceiros	(13.160)	(11.434)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(7.257)	(6.960)
Viagens	(1.788)	(1.092)
Materiais	(1.706)	(1.777)
Aluguéis(1)	(668)	(2.003)
Seguros	(127)	(214)
Contribuições Filantrópicas	(884)	(1.811)
Outras Despesas Administrativas	(13.116)	(12.550)
Total	**(339.396)**	**(305.485)**

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

32. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	30/09/2026	30/09/2025
Outras Receitas		
Ganho de Capital	566	-
Recuperação de Encargos e Despesas	2.325	2.435
Atualizações Monetárias	15.270	10.726
Depósitos Judiciais	15.270	10.694
Outras Atualizações	-	32
Receitas de Aluguéis	627	705
Reversão de Provisões Operacionais	11.013	4.446
Reversão de Provisões – Recursos Humanos	924	1.257
Variações Cambiais Ativas	39	806
Outras Receitas Operacionais	2.634	11.424
Outras Rendas Não Operacionais	208	1.229
Total	**33.606**	**33.028**
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(20.138)	(18.471)
Despesas com Cartões	(645)	(5.671)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	(51)
Perda de Capital	-	(707)
Ressarcimento de Custos	(5.060)	(4.747)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(23.415)	(13.460)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(1.771)	(476)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(2.906)	(1.725)
Despesa com Processos Cíveis	(139)	(235)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(1.391)	(1.344)
Despesa com Regulação de Seguros	(630)	(522)
Variações Monetárias Passivas	(241)	(115)
Variações Cambiais Passivas	(2)	(58)
Outras Despesas Operacionais	(11.153)	(9.915)
Outras Despesas Não Operacionais	(1.747)	(3.052)
Total	**(69.238)**	**(60.549)**
Resultado Líquido	**(35.632)**	**(27.521)**

33. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 30 de setembro de 2026 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R$ 318.333 (R$ 224.765 em 2025), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 347.504.146. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R$ 0,92 em 30 de setembro de 2026 e R$ 0,65 em 30 de setembro de 2025.

34. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 254.106.600 ações ordinárias e 93.397.546 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencentes ao Estado do Espírito Santo.

b. Aumento de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2025 foi aprovado o aumento de capital social da Instituição no montante de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) mediante a capitalização da reserva de lucros, com bonificação de ações. Após a aprovação do órgão regulador – Banco Central do Brasil – foi efetivado o aumento de capital, com a bonificação com emissão de 31.591.286 novas ações, emitidas ao custo unitário de R$ 9,4962895781, sendo 23.100.600 ações ordinárias e 8.490.686 ações preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 10% de ações do mesmo tipo que possuíam na data de direito.

c. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional -** está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva para Equalização de Dividendos -** está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap).

Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	30/09/2026	30/09/2025
Base de Cálculo:		
Lucro do Período BRGAAP	**310.285**	**304.431**
Reserva Legal	(15.514)	(15.222)
Realização de Reserva de Reavaliação Transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados	15	**153**
Base de cálculo	**294.786**	**289.362**
Total Dividendos e JSCP do Período	**166.871**	**105.243**
Juros sobre o Capital Próprio	**166.871**	**105.243**

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no período findo em 30 de setembro de 2026 no montante de R$ 166.871 (R$ 105.243 em 2025), com retenção de 17,5% de IRRF no valor de R$ 1.431 (R$ 774 em 2025), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R$ 165.440 (R$ 104.469 em 2025), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, *ad referendum* da AGO 2027.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2026 e 2025:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 17,5%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 1º trimestre/2026	25.882	(222)	25.660	0,074480035
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 2º trimestre/2026	25.335	(218)	25.117	0,072905183
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 3º trimestre/2026	25.654	(220)	25.434	0,073823847
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	**166.871**	**(1.431)**	**165.440**	**0,480198780**

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 1º semestre/2025	37.743	(278)	37.465	0,119473227
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/2025	22.500	(166)	22.334	0,071222171
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	**105.243**	**(774)**	**104.469**	**0,333139742**

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 29/06/2026 a Política de Dividendos do BANESTES.

Em conformidade com sua Política de Dividendos, o Conselho de Administração do BANESTES aprovou as seguintes distribuições relativas ao exercício de 2026:

- 15 de dezembro de 2025:
  - Calendário 2026: Aprovação do cronograma de pagamentos de JCP mensais para o próximo exercício.

- 23 de março de 2026:
  - Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 1º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R$ 0,07448003515 por ação (ON e PN). O valor líquido a ser pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, será de R$ 0,06144602900 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento será realizado no dia 13/04/2026. Terão direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 26/03/2026. A partir de 27/03/2026, as ações passarão a ser negociadas "ex-direitos".

- 29 de junho de 2026:
  - Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 2º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R$ 0,07290518263 por ação (ON e PN). O valor líquido a ser pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, será de R$ 0,06014677567 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento será realizado no dia 20/07/2026. Terão direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 02/07/2026. A partir de 03/07/2026, as ações passarão a ser negociadas "ex-direitos".

- 28 de setembro de 2026:

• Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 3º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R$ 0,07382384661 por ação (ON e PN). O valor líquido pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, foi de R$ 0,06090467345 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento foi realizado no dia 14/10/2026. Tiveram direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 01/10/2026. A partir de 02/10/2026, as ações passaram a ser negociadas "ex-direitos".

Os Fatos Relevantes pertinentes aos assuntos estão disponíveis no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

35. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento BANESTES MEZ I FFIDC, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	30/09/2026	31/12/2025
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	124.295	123.660
Fundo de Investimento BANESTES Invest *Money* - Renda Fixa	139.537	150.251
Fundo de Investimento BANESTES Invest *Public* - Renda Fixa	1.771.065	1.396.412
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	27.207	33.188
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	86.345	88.586
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.729.684	4.019.649
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	731.597	527.740
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	221.685	201.896
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	374.141	432.316
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	28.177	52.017
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	8.201	7.586
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	291.811	256.654
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	384.374	362.008
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	4.678	5.386
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	175.388	160.171
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	10.125	8.626
FUNSES FIC FIM	1.156.467	935.536
BANESTES *Invest* Fácil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	5.131	2.298
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	21.667	20.503
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	18.782	17.574
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	16.372	13.135
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	6.561	5.913
BANESTES Reserva Climatica FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.244.933	1.145.075
BANESTES Adm. Rec. Terc. - Banestes FIF Banestes Tenax	12.820	12.275
BANESTES Adm. Rec. Terc. - FIF- Banestes FIF Soberano Simples	365.793	107.327
BANESTES *Synergy Long Only* FIF	7.899	6.274
Total	**10.964.735**	**10.092.056**

Em fevereiro de 2026 entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A Banestes Asset Management, empresa integrante do SFB, avaliou os potenciais impactos da nova regulamentação sobre os fundos de investimento sob sua gestão que possuem recursos provenientes desse segmento. Não foram identificados, até o encerramento do período analisado, impactos materiais

decorrentes da nova regulamentação sobre o volume de ativos sob gestão da Instituição. A Banestes Asset Management permanece acompanhando a evolução das discussões regulatórias e avaliará, de forma contínua, eventuais impactos decorrentes de alterações na regulamentação aplicável.

36. BENEFICIOS A EMPREGADOS

36.1 Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade do Plano II de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii e https://www.baneses.com.br/ institucional /quem-somos/estatuto, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017. O Regulamento do Plano III está disponível no endereço eletrônico da Baneses: https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-iii

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria Previc n.º 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Plano II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente, o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

No acumulado até 30/09/2026, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES R$ 12.370 (R$ 12.847 em 2025). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal. Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

O primeiro semestre de 2026 e o exercício encerrado em 31/12/2025 apresentaram resultado superavitário,tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo IAS 19 com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de

forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade de a empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

36.2 Assistência à Saúde - O BANESTES também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro BANESTES - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão. No no acumulado até 30/09/2026, a contribuição mensal da patrocinadora equivaleu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu a R$ 9.011 (R$ 7.379 em 2025).

36.3 Outros Benefícios Concedidos a Empregados - O BANESTES e suas empresas controladas oferecem também aos seus empregados outros benefícios, tais como seguro de vida, acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas acima, totalizaram no acumulado até 30/09/2026 R$ 27.545 (R$ 27.384 em 2025)

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 30 de setembro de 2026 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R$ 128.819 (R$ 96.992 em 2025).

Transação	30/09/2026 Ativos (Passivos)	31/12/2025 Ativos (Passivos)	30/09/2026 Receitas (Despesas)	30/09/2025 Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	**(32.979)**	**(7.631)**	**-**	**-**
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(32.979)	(7.631)	-	-
Depósitos à Vista (2):	**(22.253)**	**(18.795)**	**-**	**-**
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(22.253)	(18.795)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	**(6.304.401)**	**(5.370.379)**	**(619.227)**	**(567.620)**
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.304.401)	(5.370.379)	(619.227)	(567.620)
Demais Transações (3):	**132.384**	**134.837**	**9.249**	**8.176**
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)		-	(645)	(619)
Companhia Espiritosantense de Saneamento – CESAN (**)	132.384	134.837	14.368	13.276
Prodest Hospedagem Equipamentos TIC em Data Center	-	-	(1.073)	(1.391)
Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses	-	-	(3.045)	(2.949)
Caixa De Assistência Dos Empregados Do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA	-	-	(356)	(141)

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	30/09/2026				30/09/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	1.326	6.593	688	184	1.252	5.955	655	212
Gratificação Natalina	-	223	-	-	-	214	-	-
Participação nos resultados	159	339	-	-	153	351	-	-
Benefícios pós-emprego	-	207	-	-	-	184	-	-
Plano de pagamentos baseado em ações	25	592	-	-	-	-	-	-
Totais:	**1.510**	**7.954**	**688**	**184**	**1.405**	**6.704**	**655**	**212**

38. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025
BRGAAP	**2.556.192**	**2.411.697**	**310.285**	**304.431**
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM – PDD	5.163	(4.453)	9.616	(124.666)
Contratos de Arrendamento	-	-	-	-
Efeito Fiscal	(2.323)	1.773	(4.096)	60.814
Outros	16.742	14.214	2.528	(15.814)
IFRS	**2.575.774**	**2.423.231**	**318.333**	**224.765**
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	**19.582**	**11.534**	**8.048**	**(79.666)**

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

39. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC), instituída pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, promove uma grande alteração no sistema tributário nacional. Este novo modelo foi implantado pelas Leis Complementares n.º 214/2025 e n.º 227/2026, que consolidaram as bases do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)

e do Imposto Seletivo (IS), além de regulamentarem a atuação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS).

O cronograma de transição estabelece a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao encerramento de 2026, com a substituição integral pela CBS a partir de 2027. Paralelamente, o IBS terá sua implementação iniciada de forma gradual em 2029, culminando na supressão definitiva do ISS até 2032.

No tocante ao setor financeiro, as alíquotas de IBS/CBS seguirão uma progressão escalonada, com início projetado em 10,85% e evolução gradual até atingirem o patamar de 12,50% em 2033. Em contrapartida, estima-se que as tarifas atualmente oneradas pelo ISS experimentem uma redução em suas alíquotas ao longo do mesmo intervalo temporal.

Por fim, o Banco mantém o monitoramento contínuo da evolução normativa e das regras infralegais exaradas pela Receita Federal e pelo CGIBS. A Administração está avaliando e acompanhando os possíveis efeitos decorrentes das alterações introduzidas pela nova legislação tributária, com previsão de finalizar essa análise antes de sua entrada em vigor.

b. Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

b.1 Recolhimento antecipado de contribuições ordinárias

Em 25 de março de 2026, em observância ao Comunicado 05/2026 do FGC, a Instituição realizou o aporte extraordinário de R$ 126.536 referente à antecipação de 60 (sessenta) meses das contribuições ordinárias mensais.

A liquidação financeira ocorreu mediante a utilização de saldos mantidos em contas de Reservas Bancárias junto ao Banco Central do Brasil, amparada pela regulamentação que permitiu que a totalidade desse valor seja abatida dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista para esta finalidade sistêmica.

O valor recolhido está registrado como Adiantamento ao FGC, em Outros Ativos, sendo amortizado mensalmente à razão de 1/60 (um sessenta avos) contra o resultado do período.

A partir da Base de Cálculo das Contribuições Ordinárias, mensalmente é apurado o valor da despesa de Contribuição Ordinária do mês e é feito um ajuste financeiro junto ao FGC, com pagamento ou recebimento da diferença em relação ao 1/60 que foi pago antecipadamente, de modo que o efeito em resultado decorrente dessa antecipação é nulo.

Destaca-se que essa é uma circunstância sistêmica. Isto é, as instituições associadas ao FGC estão obrigadas a atender aos preceitos do referido comunicado. De acordo com essa regulamentação, a medida tem por finalidade assegurar a solidez patrimonial do FGC e garantir a plena capacidade de cumprimento de suas obrigações, em estrita observância à legislação vigente e às disposições estatutárias.

b.2 Compromissos Adicionais (2027-2028)

Novas antecipações de fluxo de caixa ao FGC estão previstas, conforme cronograma estabelecido no referido comunicado:

- Exercício de 2027: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.
- Exercício de 2028: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.

40. EVENTO SUBSEQUENTE

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 05 de outubro de 2026, o Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo, na qualidade de detentor da totalidade das cotas do BANESTES FIC MEZA I Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada, deliberou e aprovou, a liquidação do Fundo e de sua classe única. O procedimento ocorreu por meio do resgate total das cotas com liquidação financeira calculada com base no valor unitário apurado em 06 de outubro de 2026 e pagamento efetivado em 07 de outubro de 2026, ficando a demonstração da movimentação do patrimônio líquido do período submetida ao exame dos auditores independentes, em conformidade com as normas regulamentares vigentes.

41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 12 de novembro de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 12 de novembro de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carlos Artur Hauschild
João Luiz Pereira de Oliveira
José Roberto Macedo Fontes
José Marcos Travaglia
Katya Elvira Paste
Marcello Rinaldi
Sebastião José Balarini
Sibiakaren Ribeiro Bozetti

DIRETORIA

Carlos Artur Hauschild
Benedito de Jesus Pimentel
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Rafael Zibetti
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Aziz Xavier Beiruth
Célia Lúcia Vieira
Gustavo Teixeira Soares
Murilo de Campos Cuestas

COMITÊ DE AUDITORIA

Mário Zan Barros
Geraldo Lorencini
José Roberto Macedo Fontes

CONTADOR

Leandro Jaoar Veloso da Silva
CRC-ES 021.458/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória – ES

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes") em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes Ltda,, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting,* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido (Nota explicativa nº 38)

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido ("conciliação BR GAAP e IFRS") das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), referente ao período findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banestes, conforme descrito na Nota explicativa nº 38, é apresentada como informação suplementar para fins do IFRS *Accounting Standards*. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Em nossa opinião, essa conciliação BR GAAP e IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Analisamos os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, auditadas pela KPMG, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório de Revisão, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

Considerando tratar-se de informações contábeis intermediárias e que os trabalhos de revisão dos auditores independentes, não identificaram falhas em sua elaboração, no que diz respeito aos aspectos relevantes, que estivessem em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, cujo efeito pudesse comprometer, de forma material, a fidedignidade dessas informações contábeis, o Comitê de Auditoria emite esta Manifestação favorável à aprovação das Informações Contábeis, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, pelo Conselho de Administração.

Vitória (ES), 12 de novembro de 2026

Mário Zan Barros
Coordenador

Geraldo Lorencini

José Roberto Macedo Fontes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao Trimestre findo em 30 de setembro de 2026, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como os Relatórios do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 12 de novembro de 2026

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Aziz Xavier Beiruth
Conselheiro

Célia Lúcia Vieira
Conselheira

Gustavo Teixeira Soares
Conselheiro

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 12 de novembro de 2026

Carlos Artur Hauschild
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores
e de Finanças